

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

Visão Corporativa

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras

O desenvolvimento de ações múltiplas para introduzir o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram no lançamento do “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços nas atividades da conta digital, que encerrou o semestre com 85.000 contas ativas e previsão de crescimentos importantes nos dois próximos trimestres. Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era operacional, oferecendo maior gama de produtos aos nossos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos. Merece realce ferramentas agregadas ao cartão, em que se vincula imóveis garantidores, sendo estabelecido um teto de R\$1 milhão para empréstimo, podendo se reservar uma parcela aos seus portadores para abrigar operações típicas daquele produto, no relacionamento com os setores de serviços e do comércio em geral. Outro diferencial: tornou-se possível vincular pessoas a um único cartão, em especial familiares, até mesmo menores de idade, introduzindo, ainda, contas objeto, de que são exemplos as seguintes destinações: acúmulo de recursos para financiar uma viagem, compra de um bem móvel, entre outros.

Área Administrativa

Para atender a expansão dos negócios, o Banco e outras empresas com e sem vínculos societários e que atuam com atividades de suporte a seus serviços contrataram, no exercício de 2020 e primeiro semestre de 2021, com ênfase para o último período, contingente ao redor de 300 novos colaboradores, em movimento assimétrico com muitas instituições do mercado financeiro e de

outros segmentos produtivos do País, que apresentaram redução quantitativa de funcionários, a revelar a confiança depositada no Bari na retomada da economia mesmo com os percalços da Pandemia.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida para o semestre findo em 30 de junho de 2021, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>1S2021</u>	<u>Exercício 2020</u>
a) Patrimônio Líquido:	143.986	121.123
b) Ativos de crédito:	902.635	804.626
c) Captação:	931.901	797.623
d) Índice de Basileia:	17,96	19,71
f) Lucro líquido:	17.233	33.627

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias para mitigar os efeitos da pandemia. Por outro lado, as seguidas quedas da taxa Selic oportunizaram buscar alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, abaixo de previsões iniciais, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Banco atuando em regime de “home office”. Por fim, adicionamos como fatores auspiciosos, o incremento significativo do quantitativo de propostas de créditos recebidas e aprovadas, no crédito imobiliário, e o recorde de originações no crédito consignado ocorrido no 2º trimestre/2021.

O Banco possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen.

Medidas Decorrentes da Covid-19

Adotamos todas as cautelas necessárias, em consonância com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde, física e mental, de nossos colaboradores e extensiva aos

clientes, quando aplicável. Instituímos, nessa linha, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional motivado e atualizado. Assim, as normas expedidas no período pelos Órgãos Reguladores foram disseminados e houve incentivos à participação em treinamentos e em reuniões de serviços para o alcance de melhores práticas negociais, sem descuidar de promover iniciativas de natureza social.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, que possibilitou o resultado expressivo alcançado para o primeiro semestre de 2021, a demonstrar, após três semestres de desafios, consoante acima abordados, que o crescimento experimentado se encontra sustentável e projeta um futuro na mesma direção.

Curitiba (PR), 24 de setembro de 2021.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao Conselho de Administração e Diretores do
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com



as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras para fins gerais

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 27 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração



pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas



nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de setembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP- 271754/O-9

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		<u>335.522</u>	<u>322.836</u>	Circulante		<u>326.108</u>	<u>214.542</u>
Disponibilidades	4	<u>3.849</u>	<u>817</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>254.725</u>	<u>146.314</u>
Instrumentos financeiros		<u>307.185</u>	<u>303.294</u>	Depósitos		<u>119.360</u>	<u>26.578</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>105.099</u>	<u>123.847</u>	Depósitos interfinanceiro		-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	<u>105.099</u>	<u>47.250</u>	Depósitos a prazo	10.a	<u>115.328</u>	<u>24.896</u>
Títulos e valores mobiliários - disponível para venda	5.a	-	<u>70.669</u>	Outros depósitos	10.b	<u>4.032</u>	<u>1.682</u>
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	5.b	-	<u>5.928</u>	Recursos de aceites de emissão de títulos	10.c	<u>135.365</u>	<u>119.736</u>
Operações de crédito	6	<u>202.086</u>	<u>179.447</u>	Recursos de aceites cambiais		<u>22.802</u>	<u>32.502</u>
Operações de crédito - setor privado		<u>208.467</u>	<u>185.345</u>	Recursos letras imobiliária e hipotecária		<u>112.563</u>	<u>87.234</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(6.381)</u>	<u>(5.898)</u>	Outras obrigações		<u>71.383</u>	<u>68.228</u>
Outros ativos financeiros	7	<u>17.252</u>	<u>8.409</u>	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		<u>697</u>	<u>50</u>
Outros ativos financeiros		<u>17.290</u>	<u>8.409</u>	Sociais e estatutárias		<u>5.444</u>	<u>13.455</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(38)</u>	<u>-</u>	Fiscais e previdenciárias	11	<u>7.572</u>	<u>13.252</u>
Outros ativos	8	<u>7.236</u>	<u>10.316</u>	Diversas	12	<u>57.670</u>	<u>41.471</u>
Outros ativos		<u>8.292</u>	<u>11.204</u>	Não circulante		<u>677.176</u>	<u>651.309</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(1.056)</u>	<u>(888)</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>669.910</u>	<u>644.291</u>
Não circulante		<u>811.748</u>	<u>664.138</u>	Depósitos		<u>310.466</u>	<u>282.166</u>
Instrumentos financeiros		<u>754.039</u>	<u>628.169</u>	Depósitos a prazo	10.a	<u>310.466</u>	<u>282.166</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>70.539</u>	<u>19.057</u>	Recursos de aceite de emissão de títulos	10.c	<u>354.403</u>	<u>355.317</u>
Títulos e valores mobiliários - disponível para venda	5.a	<u>64.227</u>	<u>19.057</u>	Recursos de aceites cambiais		<u>6.730</u>	<u>12.031</u>
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	5.b	<u>6.312</u>	<u>-</u>	Recursos letras imobiliária e hipotecária		<u>347.673</u>	<u>343.286</u>
Operações de crédito	6	<u>683.500</u>	<u>609.112</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.b	<u>5.041</u>	<u>6.808</u>
Operações de crédito - setor privado		<u>694.168</u>	<u>619.281</u>	Instrumentos financeiros derivativos		<u>5.041</u>	<u>6.808</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(10.668)</u>	<u>(10.169)</u>	Outras obrigações		<u>7.266</u>	<u>7.018</u>
Créditos tributários	21	<u>18.577</u>	<u>12.773</u>	Fiscais e previdenciárias	11	<u>-</u>	<u>57</u>
Outros ativos financeiros	7	<u>1.361</u>	<u>1.721</u>	Diversas	12	<u>7.266</u>	<u>6.961</u>
Outros ativos financeiros		<u>3.513</u>	<u>3.123</u>	Patrimônio líquido	14	<u>143.986</u>	<u>121.123</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(2.152)</u>	<u>(1.402)</u>	Capital	14.a	<u>82.478</u>	<u>50.345</u>
Outros ativos	8	<u>10.767</u>	<u>2.752</u>	De domiciliados no país		<u>50.345</u>	<u>50.345</u>
Outros ativos		<u>11.787</u>	<u>4.217</u>	Aumento de capital (em aprovação)		<u>32.133</u>	<u>-</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		<u>(1.020)</u>	<u>(1.465)</u>	Reservas de lucros		<u>61.829</u>	<u>70.724</u>
Permanente		<u>27.004</u>	<u>18.723</u>	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		<u>(321)</u>	<u>54</u>
Investimentos		<u>5.194</u>	<u>2.934</u>	Total do passivo		<u>1.147.270</u>	<u>986.974</u>
Investimentos em participações em controladas e coligadas		<u>5.191</u>	<u>2.931</u>				
Outros investimentos		<u>3</u>	<u>3</u>				
Imobilizado de uso		<u>2.587</u>	<u>2.438</u>				
Outras imobilizações de uso		<u>4.291</u>	<u>3.968</u>				
Depreciações acumuladas		<u>(1.704)</u>	<u>(1.530)</u>				
Intangível	9	<u>19.223</u>	<u>13.351</u>				
Ativos intangíveis		<u>24.760</u>	<u>16.508</u>				
Amortização acumulada		<u>(5.537)</u>	<u>(3.157)</u>				
Total do ativo		<u>1.147.270</u>	<u>986.974</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		<u>107.623</u>	<u>72.551</u>
Operações de crédito		103.172	73.728
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.d	2.684	2.140
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.d	1.767	(3.317)
Despesas da intermediação financeira		<u>(40.064)</u>	<u>(24.909)</u>
Operações de captação no mercado	10.d	(35.189)	(18.787)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	(94)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(4.875)	(6.028)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>67.559</u>	<u>47.642</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(47.334)</u>	<u>(23.576)</u>
Receita de prestação de serviços	16	12.714	5.814
Despesas de pessoal		(5.869)	(4.806)
Outras despesas administrativas	18	(52.925)	(22.824)
Despesas tributárias	17	(4.442)	(3.350)
Resultado de participação em coligadas e controladas		3.557	620
Outras receitas operacionais		1.871	1.121
Outras despesas operacionais		(2.240)	(151)
Resultado operacional		<u>20.225</u>	<u>24.066</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>20.225</u>	<u>24.066</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	(3.078)	(8.366)
Provisão para imposto de renda		(6.309)	(6.966)
Provisão para contribuição social		(2.298)	(3.291)
Ativo fiscal diferido		5.529	1.891
Lucro líquido do semestre		<u><u>17.147</u></u>	<u><u>15.700</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
				Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2020		50.214	117	3.169	43.743	-	-	97.243
Homologação aumento de capital	14.a	117	(117)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	15.700	15.700
Destinações:								
Constituição de reserva		-	-	785	14.115	-	(14.900)	-
Juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	-	-	(800)	(800)
Saldos em 30 de junho de 2020		50.331	-	3.954	57.858	-	-	112.143
Mutações do semestre		117	(117)	785	14.115	-	-	14.900
Saldos em 1 de janeiro de 2021		50.345	-	4.846	65.878	54	-	121.123
Aumento de capital (em homologação pelo BACEN)	14.a	-	32.133	-	(22.002)	-	-	10.131
Ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	(375)	-	(375)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	17.147	17.147
Destinações:								
Constituição de reserva		-	-	857	12.250	-	(13.107)	-
Juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
Dividendos	14.d	-	-	-	-	-	(1.238)	(1.238)
Saldos em 30 de junho de 2021		50.345	32.133	5.703	56.126	(321)	-	143.986
Mutações do semestre		-	32.133	857	(9.752)	(375)	-	22.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		17.147	15.700
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		2.601	1.210
Equivalência patrimonial		(3.557)	(620)
Resultado com instrumentos derivativos	4.d	(1.767)	3.317
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	5.d	2.967	6.028
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13.c	322	140
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		8.607	10.257
Ativo fiscal diferido		(5.529)	(1.891)
Residual alienação imobilizado		-	(10)
Participação dos empregados		438	363
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		24.740	(81.448)
Operações de crédito		(99.994)	(26.221)
Outros créditos		(8.758)	1.718
Outros valores e bens		(4.935)	257
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo		121.082	74.726
Recursos de aceites cambiais		14.715	17.224
Instrumentos derivativos		-	(1.153)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		647	-
Obrigações sociais e estatutárias		(818)	(937)
Obrigações fiscais e previdenciárias		(3.571)	718
Outras obrigações		16.210	(13.595)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(10.773)	(8.589)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		69.774	(2.806)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de investimentos		(95)	(50)
Aquisições de imobilizado		(370)	(283)
Adições ao intangível	9	(8.252)	(5.588)
Alienação do imobilizado		1.354	13
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos		(7.363)	(5.908)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital controlada		10.131	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	14.d	(11.661)	(620)
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos		(1.530)	(620)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		60.881	(9.334)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	48.067	39.579
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	108.948	30.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, opera com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atuando com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora do Banco, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

- A Bari Companhia Hipotecária (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. Integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie. Está localizada na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.
- A Bari Securitizadora S.A. (“Companhia”), controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 28 de outubro de 2008, e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI’s) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. Está localizada na Rua Alvaro Anes, nº 46, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho,

interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura. Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), devam elaborar e apresentar demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- Instituições financeiras;
- Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- Administradoras de consórcio;
- Instituições de pagamento;
- Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo;
- Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos i) e iv); e

- Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). A entidade líder do Conglomerado, por deter o controle sobre as demais entidades, é o Banco.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A, (“Banco”);
- Bari Companhia Hipotecária, (“Companhia”) – 99% de participação do Banco;
- Bari Securitizadora S.A., (“Companhia”) – 99% de participação do Banco; e

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – Bacen. Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação.

As demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de setembro de 2021.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Conglomerado Prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.d e 6.b – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Conglomerado Prudencial. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada

conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**
As principais operações de crédito do Conglomerado Prudencial são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento, empréstimos a pessoas físicas e financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09/04/2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

f. Investimentos

Os investimentos em coligadas, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Conglomerado Prudencial.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por

espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado Prudencial ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se

classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

I. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25 % com vigência a partir de 1º de março de 2021, decorrente a MP 1.034 de 01/03/21.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o

Conglomerado Prudencial espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, uma vez que a contabilização, a partir de fevereiro de 2019, passou a ser no Patrimônio Líquido, afetando o lucro líquido do período.

m. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Conglomerado Prudencial Bari no semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 17.233 mil (R\$ 15.700 no semestre findo em 30 de junho de 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho/2021	Dezembro/2020
Caixa	11	1
Depósitos bancários	1.876	284
Reservas livres	1.819	331
Disponibilidades em moeda estrangeira	144	201
Total disponibilidades	3.849	817
Operações compromissadas – Posição bancada	105.099	47.250
Letras do Tesouro Nacional	67.370	47.250
Letras Financeiras do Tesouro	37.729	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	105.099	47.250
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>108.948</u>	<u>48.067</u>

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

Título	Junho/2021		Dezembro/2020	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pré)	4,15% a.a.	105.099	1,90% a.a.	47.250
Total		<u>105.099</u>		<u>47.250</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - mantidos para venda

	Vencimento	Junho/2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/09/2022 a 01/03/2024	45.723	45.983	(260)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	3.733	3.774	(41)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	14.771	15.082	(311)
Total		<u>64.227</u>	<u>64.839</u>	<u>(612)</u>

	Vencimento	Dezembro/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	77.776	77.805	(29)
Debêntures	21/09/2022 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030 e 13/05/2038	8.255	8.026	229
Total		<u>89.726</u>	<u>89.595</u>	<u>131</u>

b. Títulos e valores mobiliários –valores em garantia de operações –mantidos até o vencimento

	Vencimento	Junho/2021		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/09/2021 a 01/03/2023	6.312	6.320	(8)

	Vencimento	Dezembro/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	5.928	5.928	-

c. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na B3. Esses

contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrado a seguir:

Junho/2021					Dezembro/2020	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
IPCA	17/06/2024	30.000	30.052	280	-	-
IPCA	15/06/2025	20.000	20.034	143	-	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	53.827	-	53.152	-
Total		100.000	103.913	423	53.152	-

Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	17/06/2024	30.000	29.771	-	-	-
CDI	15/06/2025	20.000	19.892	-	-	-
CDI	01/07/2022	50.000	59.291	(5.464)	59.961	(6.808)
Total		100.000	108.954	(5.464)	59.961	(6.808)

d. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	Junho/2021	Junho/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	62	347
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.037	455
Deságio na colocação de títulos	(346)	-
Resultado com títulos de renda fixa	1.931	1.338
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.767	(3.317)
Total	4.451	(1.777)

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	Junho/2021		Dezembro/2020	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	861	0,10%	142	0,02%
Crédito pessoal consignado	297.306	33,09%	246.335	30,61%
Capital de giro	2.650	0,30%	1.663	0,21%
Cartão de crédito	1.908	0,21%	123	0,02%
Empréstimos com garantia imobiliária	448.317	49,44%	388.688	48,31%
Financiamentos	14	0,00%	77	0,01%
Financ. imob. empreend - aquisição	37.853	4,21%	31.989	3,98%
Financ. imob. resid. - aquisição	107.413	11,95%	128.993	16,03%
Financ. imob. resid.- reforma e ampliação/construção	6.312	0,70%	6.616	0,82%
Outros	1	0,00%	-	-
Total	902.635	100,00%	804.626	100,00%

Circulante	208.467	185.345
Não circulante	694.168	619.281

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	Junho/2021	Dezembro/2020
Saldo inicial semestre/exercício	(16.067)	(14.652)
Constituição líquida de reversão	(4.875)	(4.650)
Baixa para prejuízo	3.893	3.235
	<hr/>	<hr/>
Saldo final semestre	<u>(17.049)</u>	<u>(16.067)</u>
Circulante	(6.381)	(5.898)
Não circulante	(10.668)	(10.169)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2021 o montante de R\$ 2.435 (R\$ 3.257 em dezembro de 2020).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 121.012 no semestre findo em 30 de junho 2021 (R\$ 122.357 no exercício 2020) e não ocorreram renegociações para o período em questão. O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, são considerados renegociados os contratos que apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	Junho/2021	Dezembro/2020
A vencer:		
Até 3 meses	54.174	47.206
De 3 meses a 12 meses	146.656	132.463
De 1 a 3 anos	296.685	331.603
De 3 a 5 anos	192.030	216.967
De 5 a 15 anos	201.831	70.618
Acima de 15 anos	3.622	93
	<hr/>	<hr/>
Total a vencer	<u>894.998</u>	<u>798.950</u>
Vencidos	<u>7.637</u>	<u>5.676</u>
Total	<u>902.635</u>	<u>804.626</u>

b.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2021 e em dezembro de 2020 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% Provisão	Setor			Junho/2021		Dezembro/2020	
			Comércio	Serviços	P. Física	Total	Vlr. Provisão	Total	Vlr. Provisão
AA	Normal	0,00%	-	367	28.804	29.171	-	37.131	-
A	Normal	0,50%	18.512	2.610	610.481	631.603	(3.143)	546.321	(2.730)
B	Normal	1,00%	19	2.342	125.642	128.003	(1.280)	118.072	(1.181)
	Vencido		-	1.366	20.076	21.442	(214)	10.503	(105)
C	Normal	3,00%	83	957	38.158	39.198	(1.176)	56.322	(1.689)
	Vencido		-	134	27.991	28.125	(844)	14.873	(446)
D	Normal	10,00%	-	-	3.100	3.100	(310)	5.790	(578)
	Vencido		-	-	7.399	7.399	(740)	3.373	(337)
E	Normal	30,00%	-	-	576	576	(173)	877	(263)
	Vencido		-	205	3.985	4.190	(1.257)	1.009	(303)
F	Normal	50,00%	-	-	741	741	(371)	715	(358)
	Vencido		-	-	2.336	2.336	(1.168)	1.376	(689)
G	Normal	70,00%	-	-	59	59	(41)	79	(55)
	Vencido		-	-	1.201	1.201	(841)	2.844	(1.992)
H	Normal	100,00%	-	-	182	182	(182)	272	(272)
	Vencido		-	1.218	4.091	5.309	(5.309)	5.069	(5.069)
Total			18.614	9.199	874.822	902.635	(17.049)	804.626	(16.067)
Circulante						208.467	(6.381)	185.345	(5.898)
Não Circulante						694.168	(10.668)	619.281	(10.169)

c. Cessão de Crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2021 o Conglomerado Financeiro adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 135.028 (R\$ 38.409 no exercício de 2020). Essas operações auferiram renda no semestre findo em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 8.566 (R\$ 5.087 em junho de 2020). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre em epígrafe, o Conglomerado Financeiro alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 152.016 (R\$ 68.026 em dezembro de 2020). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Serviços prestados a receber	1.100	512
Adiantamentos e antecipações salariais	697	676
Impostos a recuperar (d)	3.263	3.166
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(132)	(194)
Títulos e créditos a receber (a)	7.675	2.407
Devedores para compra de valores e bens	515	471
Devedores diversos (b)	1.256	1.347
Valores a receber de sociedades ligadas	2.902	2
Provisão para perda associada ao risco de crédito	(38)	-
Outros ativos financeiros	14	22
Total	17.252	8.409
Não circulante		
Depósitos em garantia	432	294
Impostos a compensar (d)	828	761
Devedores para compra de valores e bens	851	926
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(502)	(260)
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Títulos sem características de concessão de crédito (c)	1.075	1.075
Provisão para perda associada ao risco de crédito	(1.650)	(1.402)
Total	1.361	1.721

- a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2021, basicamente por: (i) R\$ 512 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 268 em dezembro de 2020); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em dezembro de 2020) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 7.242 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (R\$ 2.218 em dezembro de 2020).
- b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por, pelas contas com maior relevância, sendo:
- b.1. valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 797 (R\$ 595 em 2020);
 - b.2. R\$ 278 referente a valores a ressarcir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 195 em 2020); e
 - b.3. Em 31 de dezembro de 2020, existia também um saldo de R\$ 21, relativo a pagamento de custas com cartório a serem ressarcidos pela cedente da carteira adquirida.
 - b.4. carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 42 (R\$ 536 em 2020).
 - b.5. Boletos de depósito que serão compensados no próximo dia útil no montante de R\$ 139 (não há valores comparativos para dezembro de 2020).
- c) O montante de R\$ 1.075 refere-se a operação não reconhecida pela contraparte. A administração considerou provisão para perda na sua totalidade.
- d) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2020, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas antecipadas	27	8
Bens de uso não próprios (a)	8.265	11.196
(-) Prov. para redução ao valor recuperável (a)	(1.056)	(888)
Total	7.236	10.316
Não circulante		
Bens de uso não próprios (a)	11.787	4.217
(-) Prov. para redução ao valor recuperável (a)	(1.020)	(1.465)
Total	10.767	2.752

- a) Tratam-se de valores de consolidação de propriedade (execução da garantia com a retomada de imóveis). Durante o exercício findo em 30 de junho de 2021, foram executados R\$ 7.824, somando o saldo total de valores em bens não de uso no montante de R\$ 20.052 (R\$ 15.413 em 2020). Durante o exercício foram realizados laudos de avaliação destes imóveis com o objetivo de refletir corretamente o valor recuperável desses ativos. Em 30 de junho de 2021, o montante registrado a título de redução ao valor recuperável é de R\$ 2.076 (R\$ 2.290 em 2020).

9 Intangível

Semestre findo em 30 de junho de 2021

	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.810	13.351
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2021	13.804	2.704	16.508
Adições	7.414	838	8.252
Baixas	-	-	-
Custo em 30 de junho de 2021	21.218	3.542	24.760
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2021	(2.263)	(894)	(3.157)
Amortização anual	(2.109)	(271)	(2.380)
Amortização em 30 de junho de 2021	(4.372)	(1.165)	(5.537)
Saldo contábil líquido: Em 30 de junho de 2021	16.846	2.377	19.223

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.975	798	4.773
<i>Movimentação do custo</i>			
Custo em 1º de janeiro de 2020	4.037	1.145	5.182
Adições	9.767	1.559	11.326

Baixas	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2020	13.804	2.704	16.508
<i>Movimentação da amortização</i>			
Amortização em 1º de janeiro de 2020	(62)	(347)	(6.851)
Amortização anual	(2.201)	(547)	(2.748)
Amortização em 31 de dezembro de 2020	(2.263)	(894)	(3.157)
Saldo contábil líquido:			
Em 31 de dezembro de 2020	11.541	1.810	13.351

10 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de Títulos

a. Depósitos a prazo

Junho/2021				Dezembro/2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
9.075	106.253	310.466	425.794	307.062
Circulante			115.328	24.896
Não Circulante			310.466	282.166

b. Outros depósitos – conta de pagamento

Junho/2021				Dezembro/2020
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
4.032	-	-	4.032	1.682
Circulante			4.032	1.682
Não Circulante			-	-

c. Recursos de aceites e emissões de títulos

	Junho/2021			Dezembro/2020	
	Até 3 meses	De 03 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de Câmbio	12.210	10.592	6.730	29.532	44.533
Letras de Crédito Imobiliário	25.295	87.268	347.673	460.236	430.520
Total	37.505	97.860	354.403	489.768	475.053
Circulante				135.365	120.400
Não circulante				354.403	355.317

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	Junho/2021	Junho/2020
Despesas depósitos interfinanceiros	(509)	(222)
Despesas depósitos a prazo	(12.391)	(5.423)
Despesas aceites cambiais	(1.666)	(2.236)
Despesas com operações compromissadas	(1)	-
Despesas letras de crédito imobiliário	(20.081)	(10.333)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(541)	(443)
Outros	-	(430)
Total	(35.189)	(18.787)

11 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	6.251	11.602
Impostos e contribuições s/ serv. de terceiros	297	239
Impostos e contribuições s/ salários	226	360
Impostos e contribuições s/ aplicações financeiras	57	407
Pis	92	79
Cofins	561	486
ISS	88	35
Impostos diferidos	-	44
Total	7.572	13.252
Não Circulante		
Impostos diferidos	-	57
Total	-	57

12 Outras obrigações - Diversas

	Junho/2021	Dezembro/2020
Circulante		
Despesas de pessoal	785	714
Outras provisões administrativas	8.195	6.136
Outras provisões	1.594	-
Credores diversos - país (a)	46.517	34.249
Rendas antecipadas	579	372
Total	57.670	41.471
Não circulante		
Provisões para contingencias (nota 13)	322	692
Rendas antecipadas	13	23
Credores diversos - país (a)	6.931	6.246
Total	7.266	6.961

- a) Referem-se substancialmente a:
- a.1. parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 2.458 (R\$ 3.098 em dezembro de 2020);
- a.2. contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 34.513 (R\$ 26.494 em dezembro de 2020);
- a.3. credores bandeira Elo R\$ 6.903 (R\$ 2.456 em dezembro de 2020)

- a.4. recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 527 (R\$ 559 em dezembro de 2020);
- a.5. compra de carteira a prazo no montante de R\$ 3.434 (R\$ 3.774 em dezembro de 2020); e
- a.6. demais valores pulverizados de R\$ 5.613 (R\$ 1.593 em 2020).

13 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos no Conglomerado Prudencial ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável o Conglomerado Prudencial efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado possuía provisões para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 322 (R\$ 692 em dezembro de 2020), como segue:

	Junho/2021				
	Saldo no início do período	Constituição	(Reversão)	(Pagamento)	Saldo no final do período
Cíveis	537	361	(39)	(692)	167
Trabalhistas	155	-	-	-	155
Total –Junho/2021	692	361	(39)	(692)	322
Total –Dezembro/2020	734	962	(524)	(480)	692

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, no Conglomerado, em 30 de junho de 2021, por processos de natureza cível no montante de R\$ 3.317 (R\$ 3.423 em dezembro de 2020).

O Conglomerado Prudencial possui ainda processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 70 classificado como risco de perda possível (R\$ 69 em dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como possível.

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de abril de 2021, os acionistas do Banco deliberaram em AGO/AGE sobre a capitalização das reservas, dividendos e juros sobre capital próprio para aumento de capital no montante de R\$ 32.000, sendo R\$ 21.869 com incorporação de reservas, R\$ 5.080 com dividendos e R\$ 5.051 com juros sobre o capital próprio. Este aumento de capital está protocolado junto ao Banco Central do Brasil para homologação.

Em 30 de abril de 2021, foi deliberado pelos acionistas na Hipotecária um aumento de capital com reserva de lucros, no montante de R\$ 13.300, com emissão de 13.300 novas ações ordinárias da Companhia. O referido aumento está em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária no Banco para Enio Fornea Junior.

O valor do capital social é R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

O quadro de acionistas do Conglomerado Prudencial, em 30 de junho de 2021, está representado da seguinte forma:

Acionistas	Banco Bari Nº de ações	Companhia Hipotecária Nº de ações	Securitizadora Nº de ações
Banco Bari S.A.	-	31.384.000	2.722.500
Bordin Adm.e Incorp. Ltda.	17.737.550	-	-
Enio Fornea Junior	5.881.750	-	-
Ivo Luiz Roveda	12.093.450	158.500 (*)	-
Antonio Bordin Neto	3.487.250	-	-
Evaldo Leandro Perussolo	1.000.000	-	27.500 (*)
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	9.800.000	158.500 (*)	-
Total	50.000.000	31.700.000	2.750.000

(*) Estas participações minoritárias foram consideradas como parte do grupo controlador para fins de consolidação do conglomerado prudencial.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de

patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% para o exercício de 2020, e 6% para o exercício de 2019, do lucro líquido do Banco, 6% para a Hipotecária e 10% na Securitizadora, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Vlr. Prov.	Vlr. IRRF	Vlr. Liq. Pagar	Valor pago em períodos anteriores	Valor Pago período corrente	Residual pago
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(1.448)	(1.567)	1.228
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	(14)	
Dividendos propostos em 2019 (*)	991	-	991	-	(991)	
Dividendos propostos em 2020 (*)	5.080	-	5.080	-	(5.080)	
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020 (*)	4.717	(708)	4.009	-	(4.009)	
Juros sobre capital próprio - JCP – Junho 2021	2.802	(420)	2.382	-	-	2.382
Dividendos propostos em junho 2021	1.228	-	1.228	-	-	1.228
Total					(11.661)	4.832

*Valores de dividendos e juros sobre capital pagos em 30 de abril de 2021 foram capitalizados com aumento de capital, deliberado na 25ª AGO.

e. Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	Junho/2021	Dezembro/2020
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do período	16.969	33.333
Reserva legal (5%)	(848)	(1.667)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	<u>(2.802)</u>	<u>(4.717)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	13.319	26.949
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	(1.228)	(6.737)

- (a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

15 Transações entre partes relacionadas

	Junho/2021			Dezembro/2020		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
Captação (c)	(135.671)	-	(2.270)	(110.323)	-	(3.201)
Remuneração administradores	-	-	(728)	-	-	(994)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.755)	-	-	(5.882)	-	-
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	-	-	-	134	13	-
Desenvolvimento de software	(1.698)	-	(8.180)	(1.246)	-	(3.688)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.497)	-	-	(3.241)	-	-
Captação (c)	(38.471)	-	(822)	(35.988)	-	(3.797)
Utilização de estrutura compartilhada (b)	5	-	(14)	2	-	20
Prestação de serviços (a)	(3.966)	-	(17.147)	(2.607)	-	(25.184)
Aluguel comercial	-	-	(82)	-	-	(229)
Estruturação e indicação de operações de crédito	277	1.592	-	-	837	-

(*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A.; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fomea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda.; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda.; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.

(a) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(b) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(c) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

a. Subscrição de cotas (administrado pela Bari Securitizadora sob a forma de patrimônio separado)

Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	61	0,50%	IGPM	16
Membros da Diretoria	61	0,50%	IGPM	1
Demais PF	61	0,50%	IGPM	19
Total				36
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	62	6,00%	IGPM	4
Demais PF	62	6,00%	IGPM	5
Total				9
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	63	34,17%	IGPM	15
Membros da Diretoria	63	34,17%	IGPM	3
Demais PF	63	34,17%	IGPM	5

Total				23
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	65	10,13%	IGPM	1
Total				1
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	68	11,86%	IGPM	1
Total				1
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros da Diretoria	69	9,44%	IGPM	1
Total				1
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
Membros do Conselho de Administração	71	9,86%	IGPM	3
Total				3
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	76	5,25%	IPCA	15.015
Membros do Conselho de Administração	76	5,25%	IPCA	4.868
Demais PF	76	5,25%	IPCA	1.947
Total				21.830
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	77	35,81%	IPCA	2.425
Total				2.425
Identificação	CRI	Taxa	Ind. Correção	Qtidade de Cotas
PJ Controladora	80	8,08%	IGPM	1
Total				1

As operações foram equivalentes ao preço unitário do título subscrito na data considerada para avaliação (PU do papel), sendo que a operação de subscrição do CRI pela parte relacionada ocorreu dentro do processo ordinário de colocação dos títulos emitidos pela Companhia.

b. Política de remuneração

O Conglomerado remunera os membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2021 está representado por R\$ 728 (R\$ 994 em dezembro de 2020).

16 Rendas de prestação de serviços

	Junho/2021	Junho/2020
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	2.610	1.893
Rendas de comissão de colocação de títulos	6.789	2.763
Taxa de administração de contratos	1.927	244
Rendas de comissão sobre seguros	-	586
Rendas de comissão correspondente bancário	-	318
Assessoria	950	-

Rendas de outros serviços	438	10
Total	12.714	5.814

17 Despesas tributárias

	Junho/2021	Junho/2020
Despesa de PIS	(536)	(399)
Despesas de COFINS	(3.304)	(2.446)
Despesas de ISS	(308)	(290)
Outros	(294)	(215)
Total	(4.442)	(3.350)

18 Despesas administrativas

	Junho/2021	Junho/2020
Despesas com serviços terceirizados (a)	(26.466)	(11.632)
Despesas com propaganda e publicidade	(6.646)	(645)
Despesas de processamento de dados	(6.392)	(2.914)
Despesa com serv. téc. especializados	(4.736)	(3.334)
Despesas com amortização/depreciação	(2.631)	(1.210)
Despesas de comunicação	(1.542)	(482)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(1.488)	(562)
Despesas serviço sistema financeiro	(844)	(341)
Despesas judiciais e cartório	(686)	(449)
Despesas de aluguel comercial	(284)	(208)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(184)	(420)
Despesas com acordo judicial	(99)	(58)
Despesas com viagens	(51)	(147)
Despesa de transporte	(41)	(37)
Despesas de seguros	(19)	(35)
Outras despesas	(816)	(350)
Total	(52.925)	(22.824)

a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2021 correspondem ao valor de R\$ 12.431 (R\$ 7.522 em junho de 2020),
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2021, correspondem a R\$ 1.833 (R\$ 1.779 em junho de 2020);
- (iii) As despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 437 (R\$ 367 em junho de 2020);
- (iv) Despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre findo em 30 de junho de 2021, no valor de R\$ 3.384 (R\$ 953 em junho de 2020);
- (v) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2021 montam o valor R\$ 2.941 (não houve valores desta natureza comparativos para junho 2020);
- (vi) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 4.635 (não houve valores comparativos desta natureza para junho de 2020);

(vii) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2021, correspondem ao montante de R\$ 805 (R\$ 1.011 em junho de 2020).

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Junho/2021	Junho/2020
Provisão para Imposto de renda	(6.309)	(6.966)
Provisão para Contribuição social	<u>(2.298)</u>	<u>(3.291)</u>
Total	<u><u>(8.607)</u></u>	<u><u>(10.257)</u></u>
Ativo fiscal diferido	6.620	2.054
Provisão/reversão para imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(1.091)</u>	<u>(163)</u>
Total	<u><u>(3.078)</u></u>	<u><u>(8.366)</u></u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Junho/2021	Junho/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>37.709</u>	<u>35.351</u>
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% (15% até fev/2020), respectivamente	(14.046)	(13.962)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições Temporárias	(8.181)	(8.824)
Exclusões temporárias	9.868	11.949
Deduções por incentivos fiscais	6	68
Juros sobre o capital próprio	1.261	360
Swap	795	-
Equivalência Patrimonial	1.601	-
Majoração da alíquota da CSLL	-	142
Outros	<u>89</u>	<u>10</u>
Impostos de Renda e Contribuições Social	<u><u>(8.607)</u></u>	<u><u>(10.257)</u></u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2021	Constituição	Reversão	Saldo final em 30/06/2021
<u>Imposto de Renda</u>				
Prejuízo fiscal	-	3.735	-	3.735
Provisão para risco cível	173	151	(244)	80
Outras provisões	987	(148)	(352)	487

Provisão MTM	1.702	1.857	(1.702)	1.857
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	5.373	2.326	(2.455)	5.244
	<u>8.239</u>	<u>7.921</u>	<u>(4.753)</u>	<u>11.403</u>
Contribuição Social				
Prejuízo fiscal	-	2.997	-	2.997
Provisão para risco cível	93	39	(68)	64
Outras provisões	469	(333)	(39)	102
Provisão MTM	1.362	1.481	(1.362)	1.481
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	2.614	1.711	(1.795)	2.530
	<u>4.540</u>	<u>5.897</u>	<u>(3.267)</u>	<u>7.174</u>
Total crédito tributário de IRPJ e CSLL	<u>12.779</u>	<u>13.809</u>	<u>(8.029)</u>	<u>18.557</u>

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração do Conglomerado Prudencial acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2021 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>TOTAL</u>
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	5.125	4.729	1.549	11.403
Valor Presente	4.909	4.324	1.306	10.539
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	2.911	3.534	729	7.174
Valor Presente	2.786	3.231	652	6.669

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 4,61% a.a..

O Conglomerado não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre de 2021 e dezembro de 2020.

20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 30 de junho de 2021 atingiu 17,96, representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	<u>Junho/2021</u>	<u>Dezembro/2020</u>
Patrimônio de referência	<u>118.352</u>	<u>107.773</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>17,96</u>	<u>19,71</u>

21 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

O Conglomerado Prudencial conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, que é elaborada e divulgada pelo líder do Conglomerado Prudencial abrangendo entre outros, os riscos de: crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e gerenciamento de capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel da Comissão de Supervisão de Riscos que propõe e sugere ao Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) recomendações e aperfeiçoamentos das políticas e estratégias do Conglomerado no que tange ao tema gerenciamento de riscos e de capital.

As medidas para implementação das providências antes declinadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Dentre os principais instrumentos de controle destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de riscos que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados, regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, o Risco Operacional

tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

c. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

d. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios. Tais instrumentos objetivam garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

e. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da higidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

f. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito, com destaque para aqueles inseridos na área imobiliária, e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a seguir transcrito:

“O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: <https://bancobari.com.br/gerenciamento-riscos>

* * *

Conselho de Administração

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

HENRIQUE LOPES WEBER
Diretor Executivo

Responsável técnica
Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2